

RECENSÃO CRÍTICA DE LIVRO

Autor:

José Carlos Ribeiro Miranda

mirandajcr@gmail.com

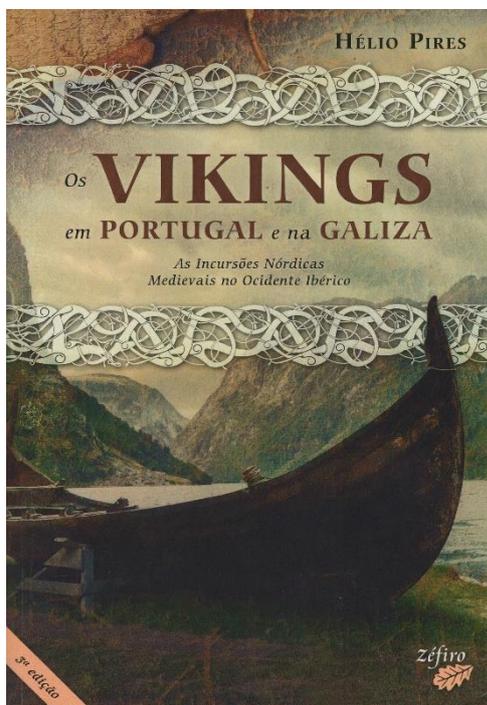
Título:

Hélio Pires, *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*

Como citar esta apresentação:

José Carlos Ribeiro Miranda, «Recensão crítica a Hélio Pires, *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº3, 2018, pp. 133-139.

DOI: 10.21747/21839301/gua3r1



Hélio Pires,
Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incurões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico
3ª edição
Lisboa
Zéfiro, Edições e Actividades Culturais, Lda
2018
ISBN: 978-989-677-151-5¹

A historiografia portuguesa sempre evitou conferir grande atenção à presença dos normandos, ou *vikings*, em Portugal. Bastará uma simples observação sobre o modo como o tema é tratado nos nossos tratados de História de Portugal para o confirmar amplamente. Poderá ser argumentado que o fenómeno não teve uma importância que justificasse essa atenção. Mas tal assunção será sempre reveladora de um critério pouco exigente, e mesmo inaceitável para qualquer estudioso do passado, até porque o apuramento da importância ou não importância de um fenómeno histórico deve decorrer após a investigação e não partindo do princípio de que nada a há a investigar.

Uma outra explicação mais credível para este desinteresse ou desatenção radicar-se no privilégio que a historiografia portuguesa sempre atribuiu ao período «nacional», ou seja, à época posterior à constituição de Portugal como reino, tendo em conta que as invasões normandas sobre o território português são fundamentalmente anteriores a esse período que se situa no séc. XII. Mas é evidente que esta perspectiva «institucionalista», que procede como se Portugal, enquanto entidade colectiva com perfil próprio, se tivesse constituído apenas naquele século, não é adequada para compreender a diversidade cultural, social e regional que, por essas épocas,

¹ Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), co-financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

caracterizava o território que virá fazer parte do «reino do Poente» (como muitas vezes será designado por Pedro de Barcelos na sua crónica redigida em 1344).

Ao invés da tendência dominante da historiografia portuguesa, que conta com vários séculos de insistência de um perfil nacional de características unitárias, tanto do ponto de vista cultural e religioso, como até étnico, é possível que venha a ganhar espaço uma abordagem que não só considere a diversidade interna – de gentes, de culturas, de línguas – imprescindível à compreensão desse perfil, como entenda ser necessário acrescentar-lhe a permeabilidade do território a factores externos, porque é justamente dessa equação múltipla que vêm a resultar as características do ser nacional, numa combinatória a que a História se encarregará de dar forma.

Ora é nessa linha que avaliamos a importância de *Os Vikings em Portugal e na Galiza. As incursões Nórdicas Medievais no Ocidente Ibérico*, de Hélio Pires, ou seja, como notável contributo à abertura de mais uma frente no conhecimento da diversidade portuguesa a que atrás referimos, embora nos pareça que o livro vai muito para além dessa dimensão, sobretudo no momento actual em que a história ibérica vai sendo cada vez mais encarada como um fenómeno da história global, num mundo em que se assiste também a alguma globalização do conhecimento. Neste sentido, apesar da publicação recente de outras obras que incidem sobre os mesmos temas², a aparição do livro de Hélio Pires adquire a dimensão de evento de primeira grandeza a nível internacional, devendo figurar entre as raridades nacionais dignas de nota.

Antes de ponderar os conteúdos que esta obra veicula, é necessário ainda que se diga que o autor parte de um interesse literário sobre as sagas nórdicas, pelo menos assim foi na dissertação de doutoramento que lhe deu origem em 2012, embora o autor, nesta edição do seu livro, se afaste desse texto inicial em pontos sensíveis. Ora as sagas nórdicas incidem sobre as viagens e aventuras *vikings* entre os séculos VIII e XII, numa dinâmica semelhante à do tradicionalismo ibérico das canções de gesta. Queremos com isto dizer que se trata de poemas redigidos em épocas posteriores aos eventos que narram, misturando reminiscências de campanhas históricas com a efabulação própria de quem escreve com o intuito de glorificar ou apenas de tornar compreensíveis, enquanto narrativa, campanhas passadas de natureza guerreira e marítima.

Centrando-se nas empresas que visaram a Península Ibérica, o nosso autor não se limitou a elencá-las e a descrever o respectivo conteúdo. Assumindo a ponto-de-vista do historiador, procurou as fontes historiográficas – maioritariamente anais e crónicas latinas, que crescem agora em importância – no sentido de delimitar os núcleos de maior verosimilhança histórica, e não o fez unicamente no tocante à origem dos relatos e das navegações *vikings*, mas procurou também os testemunhos das regiões de chegada dessas campanhas, ou seja, a historiografia ibérica do lado latino e até árabe,

² Cf. Ann Christys, *Vikings in the South: Voyages to Iberia and the Mediterranean*, London/New York, Bloombury, 2015; Neil Price, «Vikings in Spain, North Africa and the Mediterranean», in Brink, Stefan/Price, Nel (ed.), *The Viking World*, London, Routledge, 2012, pp. 462-469.

embora se deva compreender alguma limitação nesse inquérito que se arriscava a adquirir uma dimensão incomportável.

E o resultado apurado foi, em muitos casos, empolgante, como quando assistimos à descrição do primeiro grande ataque normando à Lisboa moura no ano de 844, realizado logo após uma primeira leva de incursões à Galiza, e seguidamente continuado por uma ousada incursão no Mediterrâneo, onde a foz do Guadalquivir é invadida e pilhada.

Mesmo que as fontes disponíveis deixem entender que a cidade de Lisboa se encontrava já rodeada de amplas muralhas, que vão resistindo à violência impiedosa de guerreiros nórdicos transportados em dezenas (centenas?) de *drakkars* robustos e habituados às marés atlânticas, até ao momento em que fatalmente uma das portas é abatida, autorizando uma pilhagem extensa da cidade que, naturalmente, se foi defendendo como pôde da fúria guerreira dos assaltantes, o autor aconselha prudência na verosimilhança histórica de tais descrições.

Aliás, essa atitude comedida, que consiste em se ater exclusivamente ao que é explicitado nas fontes utilizadas, é agora predominante ao longo do livro, funcionando como um travão à atribuição de uma dimensão fantasista a relatos que, pela sua natureza, facilmente a isso se prestam. Mas, por outro lado, age também como impedimento à consideração das circunstâncias e à reconstituição dos factos históricos dentro dos contextos que é possível conhecer por outras fontes e seguindo a metodologia que é própria do historiador, que é simultaneamente arqueólogo e hermeneuta textual. Talvez aqui resida o principal problema colocado por este estimulante livro.

Um dos pontos que que Hélio Pires é abertamente polémico diz respeito interesse viking pela Península Ibérica baseado na atracção por Santiago de Compostela – um argumento que facilmente desmonta, apontando o anacronismo nele implícito. Mas cremos que, ao mesmo tempo, minimiza o contexto global da Península por esses tempos, em particular a prosperidade e riqueza nessa essa época observada na parte sul do território que virá a ser Portugal, com as suas cidades voltadas para o exterior e fervilhantes de actividades comerciais, que constituiriam certamente o principal objecto da cobiça dos invasores cujo propósito era a pilhagem rápida e a obtenção de riqueza transportável.

É certo que aponta o facto de as cidades árabes, mesmo antes do período califal, se encontraram dotadas de um poder coordenado, de formas de comunicação e de meios navais e terrestres suficientes para se oporem com eficácia à predação viking. E é assim que, a esta primeira expedição normanda vitoriosa, se irá suceder um conjunto de tentativas fracassadas – a primeira das quais logo em 858 –, que virão, a prazo, a alterar o rumo dos acontecimentos. Na realidade, a partir de pontos de observação colocados ao longo da costa, os mouros irão mobilizar uma poderosa frota colocada em Sevilha que atacará com êxito os normandos que se vierem a apresentar junto ao cabo de S. Vicente preparados para entrar no mediterrâneo, impedindo-os de atacar as

idades do sul do Al Andalus. Toda esta informação se encontra já presente na obra de Hélio Pires, mas a sua ponderação qualitativa é relativamente retraída, impedindo uma melhor compreensão do quadro global da acção viking.

Foi provavelmente devido ao êxito dessa organização naval do Al Andalus que os normandos se viram compelidos a centrar as atenções nas regiões mais a norte da Península, com ataques que virão a culminar na destruidora campanha de Gunderedo à Galiza, entre os anos 968 e 969 (71?) em que teve lugar uma inédita pilhagem nas rias a norte de Vigo, apenas limitada pelo maciço das Astúrias. Na realidade, a Inglaterra e sobretudo a costa francesa haviam sido os primeiros objectivos *vikings* no Atlântico, em muitos casos levando a que os nórdicos se fundissem com as populações locais tanto ao nível social mais baixo como nas elites aristocráticas. A constituição do ducado da Normandia em 910 é disso exemplo claro. Todavia, saturado esse filão, a costa ocidental ibérica, acessível e recortada de vários cursos de água, passaria então a constituir um alvo apetecível, sobretudo para as populações nórdicas afeitas aos velhos hábitos de pirataria, ainda que a alteração de perfil cultural dessas populações estivesse em curso, nomeadamente com a proximidade ao cristianismo e às estruturas da Igreja romana.

É num momento já adiantado desse processo que se devem entender as invasões no início do século XI, aquelas que, provavelmente, se revelam mais importantes para a História portuguesa, criando posteriormente impactos significativos e a que Hélio Pires dedica o último capítulo, especificamente consagrado às campanhas *vikings* na Península. Na realidade, quis o acaso que tivesse sobrevivido um documento, oriundo do Mosteiro de Moreira da Maia³, onde se relata, com detalhes inusuais, uma incursão de *vikings* no Douro ocorrida no ano de 1015, onde estes permaneceram durante nove meses, constituindo uma base de inverno donde apenas saem no ano seguinte, não sem antes levarem a cabo um ataque ao castelo de Vermoim, situado perto do rio Ave, que os antigos anais portugueses situam no ano de 1016. O objectivo dos piratas fica muito claro, já que o documento testemunha os esforços realizados por Amarelo Mestaliz para reaver as suas três filhas que haviam sido capturadas e pelas quais os normandos exigiam avultado resgate.

O ponto onde estes numerosos *vikings* fundearam parece, pela localização do mosteiro que preserva estas memórias, bem assim como pela configuração do rio Douro, a região de Crestuma, onde, poucos anos após a retirada de Almançor, imaginamos que tanto a norte como a sul do Douro, qualquer poder político e militar não adquirisse grande relevo. Com efeito, é de admitir que a margem sul estaria sob controle mouro, mas dependente de um centro de comando que se situava bem mais para interior, na fortificada cidade de Lamego; enquanto a margem norte teria um predomínio cristão, embora totalmente insuficiente para se opor a armadas de vários barcos como parece ter sido a que ocupa espaço no Douro. Sendo a nossa

³ Publicado em Rui Pinto de Azevedo, «A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16», *Revista Portuguesa de História*, 14 (1973), pp. 73-93.

documentação limitada, apenas estão em causa investidas contra habitantes da parte norte e contra uma fortaleza igualmente na posse da parte cristã, o que não significa que refregas com mouros não possam também ter tido lugar. Apenas não estão registadas nos poucos testemunhos à nossa disposição.

Ora, embora o nosso livro não o ignore, ainda que alimente uma dúvida demasiado radical sobre estes factos, a fonte mais antiga e credível sobre as aventuras nórdicas – a *Chronica Norwegiae* – indica que no ano de 1014 Olaf Haraldsson levou a cabo um conjunto de operações marítimas armadas visando tanto a Inglaterra como terras mais a sul, entre as quais a Península Ibérica, embora conhecendo um insucesso manifesto. Estas circunstâncias levaram este príncipe a retornar à Normandia onde, pela mão do bispo de Rouen, seu primo, se faz baptizar, retornando seguidamente à Noruega enquanto rei Olaf I, e mais tarde Santo Olavo. Dizem fontes poéticas que, durante essa expedição, este príncipe tentou penetrar no mediterrâneo, mas uma visão celeste advertiu-o de que devia voltar à sua terra onde se deveria tornar o primeiro rei Cristão.

É patente que o nosso autor descrê profundamente do carácter histórico desta campanha do rei-santo norueguês, brandindo grande cópia de argumentos contra a sua presença nas costas ibéricas. Mas o facto de esse rei poder não ter estado presente nessas expedição não invalida a ideia de que este período conheceu uma enorme e intensa actividade normanda, das maiores alguma vez registadas na costa portuguesa⁴.

Seja como for, entre crónicas e lendas resulta a ideia de que Olaf Haraldsson sulcou os mares peninsulares, não lhe tendo sido possível romper o bloqueio muçulmano ao estreito de Gibraltar; e que esta expedição tem lugar no ano de 1014, dela resultando o saque da cidade de Tuy e a morte do respectivo bispo. Ora, tendo os acontecimentos ocorridos no Douro, acima narrados, tido lugar em 1015-1016, não será demais pensar que os protagonistas destes últimos terão sido uma parte desgarrada da armada mais importante, que se poderá ter destacado, levando a cabo uma iniciativa de pirataria à sua conta.

Não damos, obviamente, estes factos como seguros, como não o fazemos relativamente a muitos outros eventos narrados na historiografia da alta Idade Média. Porém, há elementos de sobra para os manter como hipótese, sempre sujeita a validação por outras notícias ou indícios, textuais ou arqueológicos. Não o fazer seria abandonar qualquer possibilidade de estabelecer um qualquer discurso sobre o passado, sobretudo quando a documentação prima pela ausência.

No caso vertente, o tema não fica por aqui, bem antes pelo contrário. Na realidade, os livros de linhagens portugueses dão conta de uma invasão realizada por uma armada de gascos ocorrida no Douro, sendo comandada por Monio lo Gasco, que

⁴ A recente publicação de Mário Jorge Barroca e Armando Coelho Ferreira da Silva, *Mil anos da incursão normanda ao castelo de Vermoim*, Porto, CITCEM, 2018, que parece ser já induzida pelo estimulante livro de Hélio Pires, aduz novos elementos que apontam no sentido confirmar a intensidade e os diversos impactos dessa campanha naval nórdica sobre o território português, acerca dos quais nos procuraremos debruçar noutra ocasião.

teria deparado com uma feroz resistência dos mouros, atingindo, no entanto, um ponto mais avançado a montante do rio, já muito perto da cidade de Lamego, embora na margem norte. Estes gascos estariam, segundo as mesmas fontes genealógicas, na origem das importantes linhagens de Ribadouro e de Baião. Estas alegações poderiam ser também meramente lendárias, não fora o facto de Monio lo Gasco estar presente, no ano de 1014, na corte da Condessa Dona Toda, viúva do *comes* Mendo Gonçalves, assassinado em 1008 em circunstâncias desconhecidas. A ser assim, a expedição marítima dos gascos ao Douro⁵ teria tido lugar no ano da grande expedição alegadamente capitaneada por Olafr Haraldsson, um ano antes de um grupo de *vikings* penetrarem, por sua, vez no mesmo rio, com os intuítos já referidos. E quem seriam estes guerreiros gascos e simultaneamente marinheiros que tão bem se souberam insinuar num território cujo poder aparentemente se encontrava tão debilitado, pelo menos na sua vertente mais perto da costa, da região Ave-Douro às Terras de Santa Maria? Que relação teriam eles com os *vikings*?

Tanto trânsito marítimo em tão pouco tempo em águas tão próximas leva, obrigatoriamente, a ponderar se haveria algum tipo de relação entre os vários grupos e respectivas iniciativas, ou se conseguiram todos passar despercebidos uns dos outros... É claro que o livro de Hélio Pires não podia, pela sua natureza e objectivos, colocar todas estas questões, mas é um facto que o modo como aborda a actividade *viking* na Península vem fornecer dados para que estas e outras pistas se levantem e a investigação histórica progrida. Se mais méritos o livro não tivesse, este seria o suficiente para confirmar a sua importância para o conhecimento da História portuguesa.

⁵ Embora esta campanha, tal como surge relatada no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, se revela já adornada de alguns elementos de fantasia, cremos que o conjunto de elementos históricos aduzidos aponta inegavelmente para que tenha sido efectuada por mar e subindo o rio Douro. Qualquer outra hipótese depara com dificuldades difíceis de ultrapassar.